



Relatório da Administração

Ano 2012

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

Rua Agulhas Negras 85, Montese
Resende- RJ CEP 27.541-040
CNPJ 31.465.487/0001-01
Inscrição Estadual 85.512.854
www.ceres.coop.br
presidência@ceres.coop.br

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
CARTA DO PRESIDENTE	4
CENÁRIO	5
DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	5
GESTÃO	15
PERMISSIONÁRIA EM NÚMEROS.....	17
AGRADECIMENTOS	18
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	19
BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO (VALORES EXPRESSOS EM R\$/MIL)	20
DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	22
NOTAS CONCILIATORIAS E EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS	25
Balanço Patrimonial.....	33
Demonstração do Resultado	35
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 2012.	37
Demonstração do Balanço Social - 2012 e 2011	39
Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 ...	43
Demonstração do Fluxo de Caixa	45
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	47

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2012, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas da Demonstração do Balanço Social, as quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERES para a sociedade, parceiros, associados e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

Fundada em 30 de agosto de 1968 por um grupo de fazendeiros para levar a energia elétrica a suas propriedades, a CERES tornou-se numa instituição forte e com uma administração ágil. Prestando o serviço de distribuição de energia em seis áreas nos municípios de Resende e Itatiaia e ainda em pequenos trechos dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, levando energia e desenvolvimento às áreas onde atua.

É com o espírito de continuidade desse desenvolvimento que completamos o ano de 2012 liderando um grande processo de mudança na Ceres. Primando por uma administração moderna e transparente, seguindo as normas e regulamentações da Aneel, Agência Nacional de Energia Elétrica. Com isso, estamos defendendo os interesses do consumidor, e os resultados já estão aparecendo.

A aplicação dessas modernas técnicas de administração está fazendo surgir uma nova empresa, compromissada com os consumidores, associados, comunidades e sociedade em geral.

Vander Leite Gomes

Presidente

CENÁRIO

A CERES atua no segmento de distribuição de energia elétrica, e desde o ano de 2008 mantém com o órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, um Contrato de Permissão, contendo as principais premissas, direitos e obrigações do setor elétrico. Nesse cenário, é digno de nota, que a ANEEL emana resoluções e manuais os quais devem ser conhecidos e cumpridos por todas as organizações do setor elétrico, o que inclui a CERES.

Ainda nesse tocante, é procedimento da regulação do setor promover a cada quatro anos um processo de revisão das tarifas praticadas pela CERES, o que deverá acontecer no ano de 2013, havendo apenas determinados óbices a serem solucionados antes da publicação do procedimento completo pela ANEEL. Considerando que tal processo de revisão das tarifas deveria ter ocorrido no ano de 2012, seus reflexos tiveram de ser demonstrados nos relatórios contábeis, para que houvesse a possibilidade de adiantar a interpretação de seu futuro impacto.

Cabendo frisar que tal processo deverá acarretar diminuição das tarifas de energia aos nossos cooperados/consumidores o que deverá ser satisfatório para o crescimento econômico da região, e forçará o desenvolvimento do programa de eficácia da CERES.

DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A permissionária distribui energia elétrica em pequenas áreas pertencentes a 5 municípios, sendo 3 no estado do Rio de Janeiro, 1 no estado de Minas Gerais e 1 no estado de São Paulo, atendendo 4.133 unidades consumidores.

Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano, 238 novas ligações com destaque 207 residenciais, 27 comerciais e 04 rurais, totalizando 4.133 consumidores atendidos, número 3,84% superior ao ano anterior.

Comportamento do Mercado

Até o presente momento a CERES não dispõe de geração própria sendo, portanto, todo seu mercado atendido por injeção de energia adquirida em forma de suprimento da Ampla Energia e Serviços S/A.

	Balanco energético em GWh	
	2012	2011
Geração Própria	0	0
Ampla	15,96	14,62
PROINFA	0,32	0,45
TOTAL	16,28	15,07
Disponibilidades		
Consumidores - distribuição direta	15,17	14,41
Consumidores livres	N/A	N/A
Concessionárias	N/A	N/A
Energia contratual	N/A	N/A
Energia de curto prazo	N/A	N/A
Fornecimento e suprimento	15,17	14,41
Perdas e diferenças	6,82%	4,38%

O valor classificado como “**Consumidores – distribuição direta**” refere-se a energia faturada

Distribuição Direta por Classe de Consumo

O consumo de energia elétrica na área de atuação da permissionária no ano 2012 foi de 15,17 GWh, tendo apresentado crescimento de 5,27% em relação ao ano de 2011.

Os segmentos de mercado residencial e comercial foram os que mais contribuíram para esse resultado em termos absolutos. Destaca-se ainda o desempenho da classe

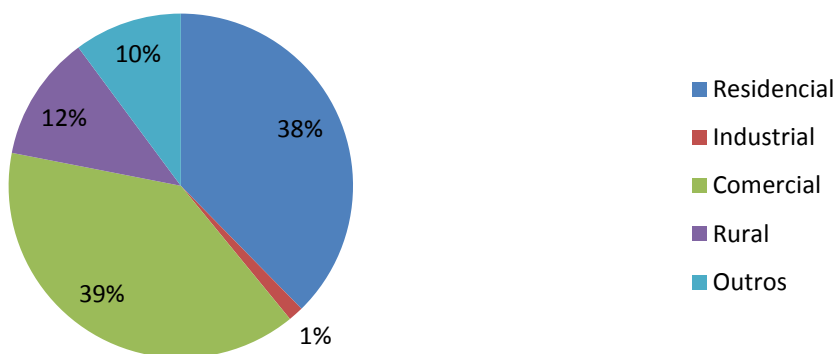
rural que se mostrou incrementada em 10,49% com relação aos dados do ano passado.

Entretanto o que se ressalta é a variação negativa de mais de 26% da classe industrial, que mesmo apresentando grande monta percentual, é digno de se notar que a variação absoluta foi pequena, e o montante total do mercado dessa classe é de pequeno valor, que, em contrapartida, gera tal distorção.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Classe	Mercado em GWh		
	2012	2011	Variação %
Residencial	5,71	5,41	5,5
Industrial	0,22	0,30	-26,67
Comercial	5,91	5,59	5,72
Rural	1,79	1,62	10,49
Outros	1,54	1,49	3,36
Totais	15,17	14,41	5,27

VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE TARIFÁRIA EM GWH - %



A receita líquida decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício importou em R\$ 7,031 milhões, conforme quadro a seguir:

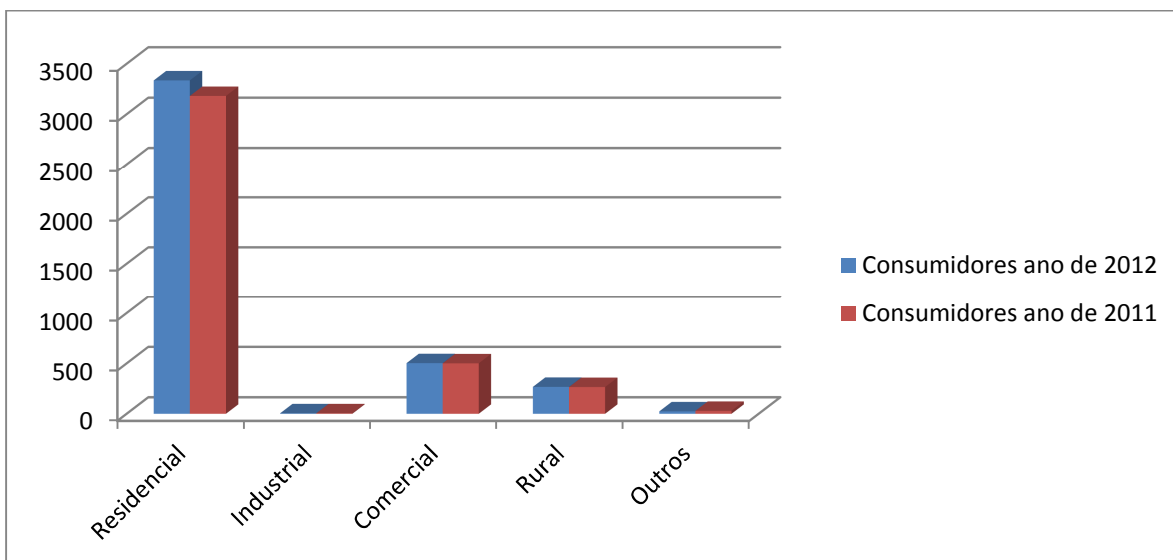
Classe	Receita Líquida em R\$ mil		
	2012	2011	Variação %
RESIDENCIAL	3.065,40	2.777,56	10,36
INDUSTRIAL	106,96	132,97	-19,56
COMERCIAL	2.867,06	2.645,16	8,39
RURAL	563,34	497,64	13,20
OUTROS	428,42	405,40	5,68
Total	7.031,18	6.458,73	8,86

Número de consumidores

Foi observado, conforme quadro a seguir, em dezembro de 2012 um incremento de 3,84% em referência ao mesmo período do ano anterior.

Classe	Número de Consumidores		
	2012	2011	Variação %
Residencial	3335	3181	4,48
Industrial	5	5	-
Comercial	502	500	0,40
Rural	267	265	0,75
Outros	24	29	-17,24
Totais	4133	3980	3,84

Crescimento de Mercado



Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2012, atingiu R\$ 423,92 por MWh, com uma redução de 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Classe	R\$ por MWh
	2012
Residencial	536,28
Industrial	495,65
Comercial	451,68
Rural	285,72
Poder público	509,85
Outros	264,32
Tarifa Média	423,92

Composição da Tarifa	Residencial	Comercial	Industrial	Rural	Poder Público	Outros
Tarifa aplicada	3.079,89	2.882,01	107,51	566,89	50,96	377,14
Impostos	14,79	15,29	0,56	4,65	0,26	3,67
PIS	2,63	2,72	0,10	0,83	0,05	0,65
COFINS	12,17	12,58	0,46	3,82	0,21	3,02
ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	177,53	183,53	6,73	55,77	3,09	44,07
Fiscalização	11,09	11,47	0,42	3,48	0,19	2,75
CCC	50,67	52,39	1,92	15,92	0,88	12,58
RGR	14,72	15,21	0,56	4,62	0,26	3,65
P&D	12,26	12,67	0,46	3,85	0,21	3,04
PEE	12,26	12,67	0,46	3,85	0,21	3,04
CDE	52,60	54,38	1,99	16,52	0,91	13,06
PROINFA	23,93	24,74	0,91	7,52	0,42	5,94
Compensação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo da Energia Comprada para revenda	170,90	176,68	6,48	53,68	2,97	42,42
Encargos de uso da rede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesa de Pessoal	1.049,38	1.084,84	39,78	329,64	18,25	260,49
Outras despesas operacionais	819,71	847,41	31,07	257,49	14,25	203,48
Tarifa bruta da permissionária*	2.887,56	2.683,20	100,22	506,48	47,61	329,40

(*) Representa a equivalência em relação a tarifa, que gera recursos para suprir as demais despesas operacionais (pessoal, depreciação, serviços etc.), além dos impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Qualidade da Energia

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2010*	N/D	N/D	N/D
2011	17,5	9,18	4,09
2012	38,78	16,24	2,14

(*) Somente relatamos dados a partir do ano de 2011, pois o sistema de registro de ocorrências foi implantado somente no final do ano de 2010, entrando em operação no ano informado.

Atendimento ao consumidor

Dando sequência ao intenso processo de melhoria e modernização dos processos relacionados ao atendimento ao consumidor, a CERES, no ano de 2012, inaugurou o

SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor, que poderá realizar reclamações, críticas, elogios etc, através de nosso sistema telefônico de tarifação reversa (0800), o que logicamente diminui os custos do cooperado/consumidor e aproxima a comunidade de nossa organização.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2012, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

- Finalização de implantação de processo de renovação e modernização do parque tecnológico

- Aquisição, implantação em regime de testes de dois links de 10Mbits/s, funcionando em backup

- Implantação de placa digital de atendimento automático, com linha de tarifação reversa (0800)

- Implantação de diversos dos Softwares integrados, destacando-se o software de administração de documentos, que nos possibilita mais agilidade no arquivo e consulta de documentação de novos cooperados/consumidores.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2012, a Sobra Líquida foi de R\$ 1.145,53 (Reais/mil), contra uma Perda de R\$ - 595,53 (Reais/mil) em 2011, um crescimento de 192,35%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 7.447,90 (Reais/mil), enquanto em 2011 situou-se em R\$ 6.056,72 (Reais/mil).

As despesas operacionais totalizaram em 2012 R\$ 5.590,41 (Reais/mil), 18,67% superiores em relação a 2011 que foi de R\$ 4.711,04 (Reais/mil).

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 944,59 (Reais/mil), inferior em 42,46% a 2011, que foi de R\$ 1.345,69 (Reais/mil).

Investimentos

Em 2012, os investimentos da permissionária, importaram em R\$ 579,5 mil, cerca de 22% além do valor relativo ao ano de 2011, conforme a seguir:

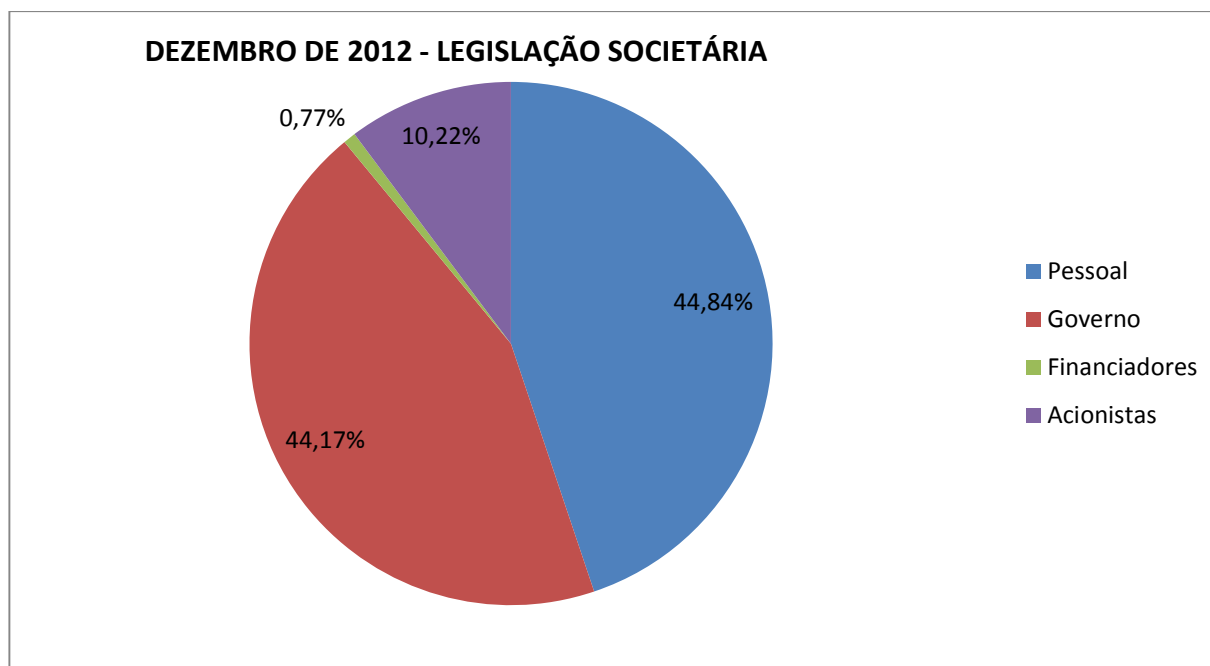
Investimento em R\$ mil			
	2012	2011	Variação %
Obras de Distribuição	579,52	474,56	22,11%

Captação de recursos

Todos os investimentos do ano de 2012 foram realizados somente com capital próprio

Valor adicionado

Em 2012, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CERES foi de R\$ 7.167,68 (Reais/mil), representando 78,20% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social da CERES representa R\$ 62,91 (Reais/mil), composto por 20.293 quotas-partes, com a seguinte composição:

CONSELHO ADMINISTRATIVO 2012		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
Eduardo Guedes da Silva	3	0,01%
Vander Leite Gomes	2	0,01%
Pedro Paulo Landim de Carvalho	2	0,01%
Ivanil Marques de Almeida	5	0,02%
Magno Lopes Pestana	5	0,02%
Joaquim Constâncio Filho	2	0,01%
Sub total	19	0,09%
CONSELHO FISCAL 2012		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
Sérgio de Carvalho Nogueira	2	0,01%
Moisés Ismael Maciel	2	0,01%
José Luiz de Almeida	2	0,01%
Antonio Diniz Filho	2	0,01%
Jorge Vieira Correa	2	0,01%
Ivan Tiburcio Vieira	3	0,01%
Sub Total	13	0,06%
Demais Cooperados Totalizando 2.852 Cotistas	20.261	99,84%
Total geral	20.293	100,00%

Atendimento aos Associados

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a permissionária coloca à disposição dos seus associados o serviço de atendimento, instalado em sua Sede, situada à Rua Agulhas Negras, 85, Montese, Resende – RJ, e na Rua do Operário, 267, Penedo, Itatiaia – RJ

Os mesmos serviços estão disponíveis também por telefone, por meio dos números: (24) 3388 3020, 3388 3019 e 3351 2327.

Relações com o Mercado

Ao longo do ano, a CERES participou de diversos eventos, seminários e workshops com a finalidade de alinhar as práticas da permissionária com as melhores práticas de mercado com aderência às mudanças do setor elétrico.

GESTÃO

Administração

Durante o ano de 2012 a permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Medida que atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento Empresarial

O êxito que a permissionária vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela Qualidade Total

Em 2012, as atividades relacionadas com a Gestão da Qualidade compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, implantação do manual da qualidade, preparação para certificações de qualidade de gestão.

Recursos Humanos

Em 2012 implantou-se e executou-se diversos programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do corpo funcional da permissionária, que já inicialmente apresentou melhora das práticas laborativas e técnicas.

Responsabilidade Social

Inserida no contexto cooperativista a permissionária vem ao longo do ano de 2012 reforçando presença nas comunidades por ela atendidas, apoiando as práticas culturais e festividades locais.

PERMISSIONÁRIA EM NÚMEROS

	2012	2011	Variação %
Atendimento			
Número de consumidores	4133	3980	3,84
Número de empregados	59	48	16,67
Número de consumidores por empregado	74	83	-10,84
Número de localidades atendidas	5	7	-28,6
Número de agências	2	2	0
Número de postos de atendimento	2	2	0
Número de postos de arrecadação	0	0	0
Mercado			
Área de concessão (Km2)	274	274	0
Demanda máxima (MW)	3,7	2,6	42,31
Distribuição direta (GWh)	15,17	14,41	5,27
Consumo residencial médio (KWh/ano)	5,71	5,41	5,5
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por GWh)	449,87 mil	435,63 mil	3,27
Residencial	536,02 mil	513,41 mil	4,40
Industrial	470,04 mil	374,71 mil	25,44
Comercial	461,24 mil	449,79 mil	2,55
Rural	292,25 mil	286,18 mil	2,12
Suprimento	16,28 mil	15,07 mil	8,03
DEC (horas)	38,78	15,07	121,6
População antecipada – Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	13,3	12,5	6,4
População atendida – Rural (em milhares de habitantes)	3,2	3,4	-5,9
FEC (número de interrupções)	16,24	9,18	76,9
Número de Reclamações por 10.000 consumidores	6.757,80	268,8	2.414,1
Operacionais			
Linhas de distribuição (Km)	305	281,12	8,49
Capacidade instalada (MW)	11,78	14,82	-20,51
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	2.366,32	2.276,86	3,93
Energia Comprada por Funcionário em GWh	0,29077	0,30464	-4,56
Energia Comprada por Consumidor em GWh	0,00394	0,00367	8,17
Retorno de ativos por unidade	0,29	0,21	38,10

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro de colaboradores.

Nosso muito obrigado!

Resende, 31 de março de 2013.

A Administração.

**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO
2012**

BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO (VALORES EXPRESSOS EM R\$/MIL)

	Nota de Ajustes	2012			2011		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
ATIVO							
Circulante		1.995,83	(547,05)	2.542,88	4.832,84	0,00	4.832,84
Consumidores, concessionárias e pessionárias	[1]	1.835,96		1.835,96	4.702,34		4.702,34
Despesas pagas antecipadamente	[2]	15,51	(547,05)	562,56	4,86		4,86
Outros Ativos Circulantes não afetados		144,36		144,36	125,64		125,64
Não circulante		6.906,57	0,00	6.906,57	3.085,98	0,00	3.085,98
Consumidores, concessionárias e pessionárias	[1]	0,00		0,00	0,00		0,00
Créditos fiscais diferidos	[3]	0,00		0,00	0,00		0,00
Despesas pagas antecipadamente	[2]	0,36		0,36	0,00		0,00
Ativo Financeiro da Concessão		434,61	434,61	0,00	89,68	89,68	0,00
Outros Ativos não Circulantes não afetados		2.988,16		2.988,16	337,37		337,37
Investimentos	[4]	0,00		0,00	0,00		0,00
Imobilizado	[5]	1.073,19	(2.829,33)	3.902,52	598,27	(2.005,24)	2.603,51
Em serviço		1.899,15	(3.161,71)	5.060,86	1.859,38	(2.614,56)	4.473,94
(-) Reintegração Acumulada		(825,96)	1.200,96	(2.026,92)	(2.407,62)	609,32	(3.016,94)
Em curso		0,00	(868,58)	868,58	1.146,51	0,00	1.146,51
Intangíveis	[6]	2.410,25	2.394,72	15,53	2.060,66	1.915,56	145,10
Em serviço		1.532,06	1.516,53	15,53	2.060,66	1.915,56	145,10

Em curso	878,19	878,19	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO	8.902,40	(547,05)	9.449,45	7.918,82	0,00	7.918,82
PASSIVO						
Circulante	1.238,51	(110,05)	1.348,56	1.169,42	0,00	1.169,42
Passivos Regulatórios	[7] 0,00	(110,05)	110,05	0,00		0,00
Outros passivos circulantes não afetados	1.238,51		1.238,51	1.169,42		1.169,42
Não circulante	6.579,07	0,00	6.579,07	6.988,96	0,00	6.988,96
Passivos Regulatórios	0,00		0,00	0,00		0,00
Outros passivos não circulantes não afetados	[7] 6.579,07		6.579,07	6.988,96		6.988,96
Patrimônio Líquido	1.084,82	(437,00)	1.521,82	(239,56)	0,00	(239,56)
Capital Social	62,91		62,91	62,01		62,01
Reserva de capital	0,00		0,00	0,00		0,00
Reserva de lucro	989,36	(174,80)	1.164,16	293,96		293,96
Dividendo adicionado proposto	0,00		0,00	0,00		0,00
Reavaliação Compulsoria Regulatoria	[8] 0,00		0,00	0,00		0,00
Lucro (prejuízo) acumulado	[9] 32,55	(262,20)	294,75	(595,53)		(595,53)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	8.902,40	(547,05)	9.449,45	7.918,82	0,00	7.918,82

Vander Leite Gomes
Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC:RJ094000/O-3

DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

VALORES EXPRESSOS EM R\$/MIL

Linha	Conta Contábil	R\$ Mil	Nota de Ajustes	2012			2011		
				Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
1		RECEITA OPERACIONAL BRUTA	[10]	9.165,57	1.281,10	7.884,47	6.622,39	0,00	6.622,39
2	611.0X.1.1.01	Fornecimento de Energia Elétrica		3.222,90		3.222,90	1.969,82		1.969,82
3	611.0X.1.1.02	Suprimento de Energia Eletrica		0,00		0,00	0,00		0,00
4	611.0X.1.1.04	Energia Elétrica de Curto Prazo		0,00		0,00	0,00		0,00
5	611.0X.X.1.03	Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		4.623,15		4.623,15	4.488,91		4.488,91
6	611.06	Receita de Atividade Não Vinculada	[11]	0,00		0,00	0,00		0,00
7	611.0X.X.9.XX	Outras Receitas Vinculadas	[12]	1.319,52	1.281,10	38,42	163,66		163,66
8		DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		(436,57)	0,00	(436,57)	(565,67)	0,00	(565,67)
9		Tributos e Encargos		(39,23)	0,00	(39,23)	(28,96)	0,00	(28,96)
10	611.0X.6.X.21	Federais		(39,23)		(39,23)	(28,96)		(28,96)
11	611.0X.6.X.22	Estaduais e Municipais		0,00		0,00	0,00		0,00
12	611.05.7.1.06/7								
		Encargos - Parcela "A"		(397,34)	0,00	(397,34)	(536,71)	0,00	(536,71)
14	611.0X.7.X.31	Reserva Global de Reversão - RGR		(39,02)		(39,02)	(128,37)		(128,37)
15	611.0X.7.X.32	Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(32,50)		(32,50)	(38,86)		(38,86)
16	611.0X.7.X.33	Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(139,47)		(139,47)	(139,19)		(139,19)
17	611.0X.7.X.34	Conta de Consumo de Combustíveis- CCC		(134,36)		(134,36)	(172,78)		(172,78)
18	611.0X.7.X.35	Programa de Eficiência Energética - PEE		(32,49)		(32,49)	(39,65)		(39,65)
19	611.0X.7.X.39	Outros Encargos (Energia de Reserva e CCC Adicional)		(19,50)		(19,50)	(17,86)		(17,86)
20		RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA.		8.729,00	1.281,10	7.447,90	6.056,72	0,00	6.056,72
21		CUSTOS NAO GERENCIÁVEIS - Parcela 'A'	[13]	(546,00)	0,00	(546,00)	(597,56)	0,00	(597,56)
22	615.0X.1.5.40/1	Energia Elétrica Comprada para Revenda		(453,14)		(453,14)	(508,74)		(508,74)
23	615.0X.1.5.43	Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa		(63,45)		(63,45)	(63,06)		(63,06)
24	615.0X.1.5.42	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Distrib.		0,00		0,00	0,00		0,00

25	615.0X.1.9.38	Taxa de Fiscalização	(29,41)		(29,41)	(25,76)		(25,76)
26	615.0X.1.9.37	CFURH	0,00		0,00	0,00		0,00
27		Matéria-Prima/Insumo para Geração de Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	615.0X.X.X.12	Combustíveis	0,00		0,00	0,00		
29	615.01.1.1.98	(-) Subvenção - CCC	0,00		0,00	0,00		
30		RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIAVEIS	8.183,00	1.281,10	6.901,90	5.459,16	0,00	5.459,16
31		CUSTOS GERENCIÁVEIS- Parcela "B"	(7.238,40)	(2.193,99)	(5.044,41)	(4.113,48)	0,00	(4.113,48)
32	615.0X.X.X.01	Pessoal	(2.782,38)		(2.782,38)	(2.336,93)		(2.336,93)
33	615.0X.X.X.02	Administradores	(793,08)		(793,08)	(945,47)		(945,47)
34	615.0X.X.X.21	Serviço de Terceiros	(884,58)		(884,58)	(971,12)		(971,12)
35	615.0X.X.X.11	Material	(282,45)		(282,45)	(386,53)		(386,53)
36	615.0X.X.X.91	Arrendamentos e Alugueis	(53,51)		(53,51)	(45,86)		(45,86)
37	615.0X.X.X.93	Tributos	(18,12)		(18,12)	(31,04)		(31,04)
38	615.0X.X.X.92	Seguros	0,00		0,00	0,00		0,00
39	615.0X.X.X.99	Outros	(2.353,32)	(2.193,99)	(159,33)	(1.494,29)		(1.494,29)
39 a	615.0X.X.X.98	(-) Recuperação de Despesas	288,34		288,34	2.567,53		2.567,53
39 b	615.0X.X.X.94	Doações, Contribuições e Subvenções	(45,04)		(45,04)	(43,81)		(43,81)
40	615.0X.X.3.95	Provisão Devedores Duvidosos	(22,77)		(22,77)	7,54		7,54
41	615.0X.X.X.95/96	Provisao - Outras	(19,14)		(19,14)	(1,56)		(1,56)
42	615.0X.X.X.53	Depreciação	(272,35)		(272,35)	(431,94)		(431,94)
43	615.0X.X.X.55	Amortização	0,00		0,00	0,00		0,00
	615.06	Despesa da Atividade Não Vinculada	0,00		0,00	0,00		0,00
45		RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO	944,60	(912,89)	1.857,49	1.345,68	0,00	1.345,68
46		RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
47	631 (-)631.06.1.2	Receita Financeira	83,42		83,42	113,18		113,18
48	635 (-) 635.06.1.2	Despesa Financeira	(319,49)		(319,49)	(1.880,63)		(1.880,63)
49	631.06.1.2 + 635.06.1.2	Resultado de Equivalencia Patrimonial	0,00		0,00	0,00		0,00
50	671/5	Resultado Não Operacional	0,00	475,89	(475,89)	(173,76)		(173,76)
51		LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRRJ/CSLL	708,53	(437,00)	1.145,53	(595,53)	0,00	(595,53)
52	710.0X.1.2.02/4	Imposto de Renda	0,00		0,00	0,00		0,00
53	710.0X.1.2.01/3	Contribuição Social	0,00		0,00	0,00		0,00

54	710.0X.2.1/2	Participações e Contribuições à Entidade de Prev. Privada	0,00		0,00	0,00	0,00
55	710.0X.23	Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00		0,00	0,00	0,00
		LUCRO (PREJUÍZO)	708,53	(437,00)	1.145,53	(595,53)	(595,53)

Da Linha 7 deverão ser excluídas as receitas já contabilizadas na Linha 6.

Das linhas 32 a 43, excluir todos os valores que se refiram às Atividades Não Vinculadas (615.06)

Vander Leite Gomes
Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC:RJ094000/O-3

NOTAS CONCILIATORIAS E EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS

1 Consumidores concessionárias e permissionárias

	2.012			2.011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Descontos TUST E TUSD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Irrigação e Aquicultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios Baixa Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compen. Financ. Interrup. Fornecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ajustes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

NÃO FORAM EM 2012 E 2011 CONTABILIZADOS REFERENTES AOS ITENS DESTA NOTA DE AJUSTE

2 Despesas pagas antecipadamente	2.012			2.011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A"						
CVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revisão Tarifária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sobrecontratação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subvenção baixa renda - perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Neutralidade dos encargos setoriais	547,05	0,00	547,05	0,00	0,00	0,00
Diferenças PLPT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros componentes Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

547,05	0,00	547,05	0,00	0,00	0,00
--------	------	--------	------	------	------

EM 2012 FORAM RECONHECIDOS CONTABILMENTE OS ATIVOS REGULATORIOS REF. NEUTRALIDADE DA PARCELA A

3 Créditos fiscais diferidos

	2.012	2.011
IRPJ Diferido	0,00	0,00
CSLL Diferido	0,00	0,00
PIS Diferido	0,00	0,00
COFINS Diferido	0,00	0,00

Não houveram créditos fiscais diferidos nos exercícios de 2012 e 2011.

4 Investimentos

	2.012	2.011
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
	0,00	0,00

Não houveram créditos fiscais diferidos nos exercícios de 2012 e 2011.

5 Imobilizado

	2.012	2.011
Em serviço	5.096,03	4.506,31

Terrenos	201,87	197,83
Reservatório, Barragem e Adutoras	0,00	0,00
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	742,99	710,27
Máquinas e Equipamentos	3.198,54	2.646,75
Veículos	760,10	637,34
Móveis e Utensílios	192,53	314,12
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
(-) Reintegração Acumulada	(2.026,92)	(3.016,94)
Reservatório, Barragem e Adutoras	0,00	0,00
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	(179,88)	(140,23)
Máquinas e Equipamentos	(1.201,83)	(2.082,62)
Veículos	(556,94)	(439,99)
Móveis e Utensílios	(88,27)	(354,10)
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Em curso	875,39	1.146,51
Terrenos	0,00	0,00
Reservatório, Barragem e Adutoras	0,00	0,00
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	0,00	7,07
Máquinas e Equipamentos	270,42	413,55
Veículos	21,97	242,34
Móveis e Utensílios	25,57	0,00
A Ratear	0,00	0,00
Estudos e Projetos	0,00	0,00
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	39,13	0,00
Material em Depósito	518,30	483,55
Compras em Andamemo	0,00	0,00

Adiantamento a Fornecedores	0,00	0,00
Depósitos Judiciais	0,00	0,00
Total do Imobilizado	3.944,50	2.635,88
6 Intangível	15,53	145,10
Em serviço	15,53	145,10
Em curso		
	3.960,03	2.780,98
Obrigações Especiais vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	(41,98)	(32,37)
TOTAL DO IMOBILIZADO LÍQUIDO	3.918,05	2.748,61

OS VALORES ACIMA APRESENTADOS ESTAO COM OS SALDOS SEM AS RECLASSIFICAÇÕES DETERMINADAS PELAS INTRUÇÕES DO CPC

7 Passivos Regulatórios

	2.012			2.011		
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Parcela "A"						
CVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Revisão Tarifária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos TUSD e irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reajuste Tarifário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sobrecontratação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subvenção baixa renda - ganhos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Neutralidade dos encargos setoriais	110,05	0,00	110,05	0,00	0,00	0,00
Outros Componentes Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>110,05</u>	<u>0,00</u>	<u>110,05</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

EM 2012 FOI RECONHECIDO OS PASSIVOS REGULARIOS REF. AS NEUTRALIDADES DA PARCELA "A"

8 Reserva de avaliação patrimonial

	<u>2.012</u>	<u>2.011</u>
Ajuste a valor de mercado	0,00	0,00
IR	0,00	0,00
CS	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

EM 2012 e 2011 NÃO FOI FEITO VALORES REFERENTES A RESERVAS DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

9 Lucro (prejuízo) acumulado

<u>2.012</u>	<u>2.011</u>
--------------	--------------

Efeito dos ajustes entre Contab Societ x Regulat.	547,05	0,00
---	--------	------

EM 2012, HOUVE DIF ENTRE OS RESULTADOS REG. E SOCIETARIOS,
OCASIONADOS PELAS ANULAÇÕES DOS SALDOS DE ATIVOS E PASSIVOS
REGULAOTORIOS

10 Receita Operacional Bruta

	<u>2.012</u>	<u>2.011</u>
Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	3.065,40	2.777,56
Industrial	106,96	132,97
Comercial	2.867,03	2.645,16
Rural	562,34	497,64
Poderes Públicos	50,71	47,17
Iluminação Pública	371,80	356,35
Serviço Público	1,75	1,88
Renda não Faturada	393,32	0,00
Tarifa Social	1,60	0,00
Reposicionamento Tarifário	529,56	0,00
Neutralidade Parcela "A"	(104,42)	0,00
Outras Receitas	38,42	163,66
	7.884,47	6.622,39

OBS: TRATA-SE DO FORNECIMENTO FATURADO DE ENERGIA ELÉTRICA NOS
EXERCÍCIOS DE 2011 E 2012

11 Receita de Atividade Não Vinculada

	<u>2.012</u>	<u>2.011</u>
	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

OBS: NÃO AUFERIMOS RECEITA COM ATIVIDADE NÃO VINCULADA NOS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010

12 Outras Receitas Vinculadas

	<u>2.012</u>	<u>2.011</u>
Compartilhamento de infra-estrutura	0,00	0,00
Serviços Taxados	19,47	14,14
DMR	8,58	0,00
Outras Receitas	10,37	149,52
	<u>38,42</u>	<u>163,66</u>

OBS: DURANTE O EXERCÍCIO DE 2011 FOI REGULARIZADO O CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA

13 Custos não gerenciáveis — Parcela "A"

Não houveram efeitos em nosso Resultado, referente aos CPC's em relação aos Custos não Gerenciáveis - Parcela "A"

14 Resultado Extra-Concessão

Não houve Resultado Extra-Concessão apurado em nossa Empresa nos exercícios de 2012 e 2011

Balanço Patrimonial

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

CNPJ no 31.465.487/0001-01

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Legislação Societária</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
ATIVO	8.902,40	7.918,82
Circulante	1.995,83	4.832,84
Numerário disponível	41,90	30,89
Aplicações no mercado aberto	102,46	94,75
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1946,07	1426,36
Rendas a receber	0,00	0,00
Devedores diversos	117,96	102,16
Depósitos judiciais	0,00	0,00
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(627,76)	(604,99)
Serviços em curso	111,66	58,68
Conta de resultado a compensar	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00
Tributos a compensar	116,22	115,28
Estoque	55,18	244,18
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Despesas pagas antecipadamente	15,51	4,86
Outros créditos	116,63	3360,67
Ativo Não-Circulante	6.906,57	3.085,98
Realizável a Longo Prazo	3.423,13	427,05
Coligadas, controladas e controladoras	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00
Tributos a compensar	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Depósitos judiciais	164,49	332,18
Ativo Financeiro da Permissão	434,61	89,68
Outros créditos	2.824,03	5,19
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	1073,19	598,27
Intangível	2410,25	2060,66
	-	-

PASSIVO	8.902,40	7.918,82
Circulante	1.238,51	1.169,42
Fornecedores	181,03	259,92
Folha de pagamento	112,27	83,62
Encargos de dívidas	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos	0,00	2,62
Taxas regulamentares	26,46	44,38
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Tributos e Contribuições Sociais	125,65	138,39
Passivos regulatórios	0,00	0,00
Credores diversos	425,89	361,93
Dividendos e juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Obrigações estimadas	208,85	172,69
Provisões para contingências	0,00	0,00
Pesquisa & Desenvolvimento	55,32	41,61
Programa de Eficiência Energética	103,04	64,26
Outras contas a pagar	0,00	0,00
Passivo Não-Circulante	6.579,07	6.988,96
Passivo Exigível a Longo Prazo	6.579,07	6.988,96
Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Tributos e Contribuições Sociais	5.932,95	6.151,84
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Provisões para contingências	19,14	0,00
Outras contas a pagar	626,98	837,12
Patrimônio Líquido	1.084,82	(239,56)
Capital social	62,91	62,01
Ajuste de avaliação patrimonial	0,00	0,00
Reservas de capital	0,00	0,00
Reservas de lucros	989,36	293,96
Lucros (prejuízos) acumulados	32,55	-595,53
Recursos destinados a aumento de capital	0,00	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

- -

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2012	2011
Receita operacional	9.165,56	6.622,40
Fornecimento de energia elétrica	3.222,90	6.458,73
Suprimento de energia elétrica	0,00	0,00
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	4.623,14	0,00
Outras receitas operacionais	1.319,52	163,67
Deduções da receita operacional	-436,57	-565,67
ICMS	0,00	0,00
PIS	-6,96	-5,14
COFINS	-32,26	-23,82
ISSQN	0,00	0,00
Encargo do consumidor (CCC e CDE)	-293,33	-311,97
Encargo do consumidor (PEE, P&D, FNDCT e MME)	-65,00	-78,51
Quota para RGR	-39,02	-146,23
Receita operacional líquida	8.728,99	6.056,73
Custo do serviço de energia elétrica	-535,17	456,27
Custo com energia elétrica	-18,58	-25,76
Energia elétrica comprada para revenda	-516,59	482,03
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	0,00	0,00
Custo de operação	-5.528,31	-3.614,13
Pessoal e administradores (inclui 500,28 de remuneração a administradores)	-2.341,27	-2.256,81
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Material	-200,38	-254,39
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	0,00	0,00
Serviços de terceiros	-479,41	-646,36
Depreciação e amortização	-254,87	-402,50
Provisões (Reversão)	-19,14	0,00
Outras	-2.233,24	-54,07
Custo do serviço prestado a terceiros	-6.063,48	-3.157,86
Lucro operacional bruto	2.665,51	2.898,87

Despesas operacionais	-1.720,92	-1.553,18
Despesas com vendas	-22,77	7,54
Despesas gerais e administrativas	-822,01	-888,46
Outras despesas operacionais	-876,14	-672,26
Resultado do serviço	944,59	1.345,69
Resultado de participações societárias	0,00	0,00
Receita (despesa) financeira	-236,06	-1.767,45
Renda de aplicações financeiras	14,51	113,18
Varição monetária e acréscimo moratório - energia vendida	68,92	0,00
Varição monetária e acréscimo moratório - energia comprada	0,00	0,00
Encargos de dívidas	0,00	0,00
Variações monetárias vinculadas ao ativo permanente	0,00	0,00
Outros - encargos moratórios	-319,49	-1.880,63
Resultado operacional	708,53	-421,76
Receita não operacional	0,00	86,53
Despesa não operacional	0,00	-260,30
(Prejuízo) Lucro antes da Contribuição Social e Imposto de Renda	708,53	-595,53
Contribuição social	0,00	0,00
Imposto de renda	0,00	0,00
(Prejuízo) Lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	708,53	-595,53
Reversão dos juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
(Prejuízo) Lucro antes do item extraordinário	708,53	-595,53
Item extraordinário	0,00	0,00
Participação nos lucros	0,00	0,00
(Prejuízo) Lucro Líquido do exercício / período	708,53	-595,53
(Prejuízo) Lucro por ação - R\$	0,2988	-0,2512

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAValiaÇÃO	PERDAS NÃO-COBERTAS PELOS COOPERADOS	RESERVAS DE LUCRO		LUCROS A DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
					FATES	OUTRAS RESERVAS DE LUCROS		
SALDOS 31/DEZ./10	59,41	-	2.230,80	(1.695,36)	-	314,05	(557,27)	351,63
1 - AUMENTO DE CAPITAL								
- Integralização de quotas	2,60							2,60
- Devolução de quotas								-
2 - AUMENTO DE RESERVAS								
- Destinações conforme AGO							557,27	557,27
- Destinações estatutárias								-
- Outros aumentos						121,59		121,59
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS								
- Realização de reservas						(141,68)		(141,68)
4 - AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES				1.695,36				1.695,36
5 - AVALIAÇÃO A VALOR JUSTO (IFRIC 12)			(2.230,80)					(2.230,80)
5 - RESULTADO APURADO NO EXERCÍCIO							(595,53)	(595,53)
SALDOS 31/DEZ./11	62,01	-	-	-	-	293,96	(595,53)	(239,56)
1 - AUMENTO DE CAPITAL								
- Integralização de quotas								-
2 - AUMENTO DE RESERVAS								
- Destinações conforme AGO		615,42				445,78	2.403,69	3.464,89
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS								
- Realização de reservas		(87,40)				(278,41)	(1.775,61)	(2.141,42)
4 - RESULTADO APURADO NO EXERCÍCIO								-
MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO	-	528,02	-	-	-	167,37	628,08	1.323,47
SALDOS 31/DEZ./12	62,01	528,02	-	-	-	461,33	32,55	1.083,91

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Vander Leite Gomes

Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues

Contador CRC:RJ094000/O-3

Demonstração do Balanço Social - 2012 e 2011

(Valores expressos em R\$/Mil)

	2012			2011			
	R\$ mil			R\$ mil			
1 - Base de cálculo							
Receita Líquida (RL)			8.728,99			-	
Lucro Operacional (LO)			2.665,51			-	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			3.575,46			-	
		% sobre				% sobre	
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL	
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	100,08	2,80%	1,15%	57,04	1,60%	0,65%	
Encargos sociais compulsórios	786,37	21,99%	9,01%	329,26	9,21%	3,77%	
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	190,91	5,34%	2,19%	339,30	9,49%	3,89%	
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	27,35	0,76%	0,31%	38,00	1,06%	0,44%	
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	
Vale-transporte - excedente	74,37	2,08%	0,85%	55,72	1,56%	0,64%	
Outros Benefícios	35,45	0,99%	0,41%	35,45	0,99%	0,41%	
Total	1214,53	33,97%	13,91%	854,76	23,91%	9,79%	
		% sobre				% sobre	
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL	
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	

Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	0,00	0,00%	0,00%	1,97	0,07%	0,02%
Total de contribuições para a sociedade	-	0,00%	0,00%	1,97	0,07%	0,02%
Tributos - excluídos encargos sociais	18,12	0,68%	0,21%	27,31	1,02%	0,31%
Total	18,12	0,68%	0,21%	29,28	1,10%	0,34%

% sobre

% sobre

4 - Indicadores ambientais

	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%

	2012	2011
	em	em
5 - Indicadores do corpo funcional	unidades	unidades
Empregados no final do período	59	48
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	13	12
Ensino médio	37	30
Ensino fundamental	9	6
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	18	9
De 30 até 45 anos (exclusive)	28	33
Acima de 45 anos	13	6
Admissões durante o período	16	7
Mulheres que trabalham na empresa	19	16
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	5	6
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	20	20
Negros que trabalham na empresa	17	12
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	6	8
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	20	20
Portadores de deficiência física	1	1

Dependentes	77	69
Estagiários	5	4
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	7,58	5,38
Maior remuneração	7,58	5,38
Menor remuneração	0,78	0,71
Acidentes de trabalho	3	2

Vander Leite Gomes
Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC:RJ094000/O-3

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária	
	2012	2011
Receitas	9.123,66	6.454,59
Venda de energia e serviços	9.165,57	6.622,39
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22,77)	5,97
Provisão para contingências	(19,14)	0,00
Resultado não operacional	0,00	(173,77)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.683,62)	(1.932,14)
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	(63,45)	(63,06)
Material e serviços de terceiros	(1.620,17)	(1.869,08)
(=) Valor adicionado bruto	7.440,04	4.522,46
(-) Quotas de reintegração	(272,36)	(431,94)
(=) Valor adicionado líquido	7.167,68	4.090,51
(+) Valor adicionado transferido	(236,06)	(1767,44)
Receitas (Despesas) financeiras	(236,06)	(1767,44)
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	6.931,62	2.323,07
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	3.107,91	2.865,02
Remunerações	2313,61	2219,59
Encargos sociais (exceto INSS)	339,37	329,26
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	38,63	0,04
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	0,00	0,00
Convênio assistencial e outros benefícios	419,20	339,30
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	(2,90)	(23,16)
Provisão trabalhista	0,00	0,00
Governo	3.061,67	7,71

INSS (sobre folha de pagamento)	467,56	412,25
ICMS	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social	0,00	0,00
Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	2594,11	(404,54)
Financiadores	53,51	45,86
Juros e variações cambiais	0,00	0,00
Aluguéis	53,51	45,86
Acionistas	708,53	(595,53)
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	708,53	(595,53)
Valor adicionado (médio) por empregado	157,54	52,80
	0,00	0,00

Vander Leite Gomes
Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC:RJ094000/O-3

Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa Dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2012	2011
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	6.837,73	6.253,74
Pagamentos a Fornecedores	(2.499,12)	(2.822,65)
Fornecedores Energia Elétrica		
Comprada	(516,48)	(464,35)
Salários e Encargos Sociais	(2.878,08)	(1.856,12)
Caixa Gerada pelas Operações	944,05	1.110,62
Encargos Setoriais	(457,43)	(535,74)
Juros Pagos	(17,98)	0,00
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	(243,74)	(1.097,99)
Tributos Estaduais (ICMS)	(23,84)	(1.919,21)
Tributos Municipais (COSIP, ISSQN)	(5,98)	(27,70)
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	195,08	(2.470,02)
Imposto de Renda na Fonte sobre Dividendos Recebidos	0,00	0,00
Indenizações	(22,04)	0,00
Associações e Convênios	(11,10)	0,00
Viagens	(64,54)	0,00
Outras Receitas/Despesas	(2,64)	2.415,11
Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais	94,76	(54,91)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição da Subsidiária Líquido da Caixa Incluída na Aquisição.	0,00	0,00
Compra de Ativo Imobilizado	0,00	0,00
Recebido pela Venda de Imobilizado	8,00	0,00
Juros Recebidos	0,00	0,00
Titulos de Capitalização	0,00	0,00
Ativos regulatórios	0,00	0,00

<i>Caixa Líquida usada nas Atividades de Investimentos</i>	8,00	0,00
--	------	------

Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras

Recebido pela Emissão de Ações de Capital	0,00	0,00
Recebido por Empréstimo a Longo Prazo	0,00	0,00
Devolução de Adiantamentos por Funcionários	0,60	0,00
Devolução (Adiantamento) a Fornecedor	0,00	6,19
Receitas de Aplicações Financeiras	9,92	41,23
Recebimentos de Empréstimos	0,00	176,84
Pagamentos de Empréstimos	0,00	(179,22)
Juros Pagos	0,00	(83,23)
Dividendos Pagos	0,00	0,00
Despesas Bancárias	(88,61)	(70,33)
Outras Devoluções	(5,95)	(1,70)

<i>Caixa Líquida usada nas Atividades Financeiras</i>	(84,04)	(110,22)
---	---------	----------

Redução Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	18,72	(165,14)
--	--------------	-----------------

Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo do Período	125,64	290,78
--	---------------	---------------

Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	144,36	125,64
---	---------------	---------------

Variação pelo Caixa	18,72	(165,14)
---------------------	-------	----------

Vander Leite Gomes
Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC:RJ094000/O-3

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA

Resende - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A permissionária é uma sociedade cooperativa, de capital fechado, constituída na forma da Lei nº 5.764/71, controlada pelos associados, com o objetivo principal a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica a associados e público indistinto, em qualquer de suas formas, regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

NOTA 02 - DAS PERMISSÕES

A cooperativa possui permissão, garantida pelo Contrato de Permissão assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para distribuição de energia elétrica em áreas pertencentes a 7 municípios, sendo 5 no estado do Rio de Janeiro, 1 no estado de Minas Gerais e 1 no estado de São Paulo.

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "International Accounting Standard Board – IASB".

Concomitantemente com as normas societárias, estas demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as regras específicas, emanadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, nas situações que couberem.

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, estoques, provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando mantidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A permissionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

NOTA 04 - PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

A) CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compostos por valores em espécie e depósitos bancários, disponíveis.

B) APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO E TÍTULOS DE VALORES MOBILIÁRIOS

Estão demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

C) CONSUMIDORES A RECEBER

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentados líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

D) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Está reconhecido em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, e calculada na forma do manual de contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

E) ESTOQUE (INCLUSIVE DO ATIVO IMOBILIZADO)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

F) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelos reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetam as demonstrações contábeis societárias, em razão destes valores serem de natureza regulatória.

Os montantes dos ativos e passivos regulatórios em 31/dez./2012, são os seguintes:

G) PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Concessionária, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para agosto de 2013), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

H) IMOBILIZADO

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL 367/2009, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIÇÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

I) INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do

contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553 de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2011 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A concessionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

J) TAXAS REGULAMENTARES

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

K) RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a permissionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

L) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, assim como outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a empresa tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A empresa não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a empresa gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. A empresa não possui instrumentos financeiros derivativos.

M) APURAÇÃO DO RESULTADO

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas, custos e as receitas de operações com terceiros, foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

N) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes, são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço.

NOTA 05 – APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO E TÍTULOS DE VALORES MOBILIÁRIOS

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2012	2011
Banco Bradesco	CDB	28/08/2013	CDI	97,53	90,11
Banco Bradesco	PU 24/001-D	02/02/2013	TR	4,93	4,64
TOTAL				102,46	94,75

NOTA 06 – CONSUMIDORES A RECEBER

Legislação Societária		
Consumidor	2012	2011
Residencial	363,71	330,73
Industrial	13,08	15,07
Comercial	335,30	297,06
Rural	55,13	49,32
Poder público	27,88	19,25
Iluminação pública	667,35	602,55
Serviço público	1,20	0,98
Renda não faturada	393,32	0,00

Subtotal - consumidores	1.856,96	1.314,96
Serviço taxado	1,94	2,47
Outros Créditos	87,17	108,94
TOTAL	1.946,07	1.426,36
Provisão para Crédito Liq. Duvidosa	-627,76	-604,99
CONTAS A RECEBER	1.318,31	821,38

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em conformidade com o que determina o Manual de Serviços Público de Energia Elétrica, enquadrados nas seguintes situações:

- 1) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- 2) Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;
- 3) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

NOTA 07 – TRIBUTOS A RECUPERAR

DESCRIÇÃO	Legislação Societária	
	2012	2011
IRF a Compensar	4,90	4,15
Contr.Soc.Luc.Liq a Compensar	6,03	5,98
Refis a Recuperar	103,43	103,43
PIS a Compensar	0,33	0,30
Cofins a Compensar	1,53	1,40
TOTAL	116,22	115,28

NOTA 08 – ESTOQUES

DESCRIÇÃO	Legislação Societária	
	2012	2011

Material p/ Manut. De Redes	51,51	182,90
Material p/ Sucata	3,68	34,94
Material p/ Consertos em Geral	-	26,34
Total	55,18	244,18

NOTA 09 – SERVIÇOS EM CURSO

DESCRIÇÃO	Legislação Societária	
	2012	2011
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	52,50	12,52
Programa de eficiência energética	13,00	-
Implantação resolução 367/2009	46,16	46,16
Total	111,66	58,68

Valores referentes a serviços ainda não concluídos dos quais produzirão aumento do ativo intangível/indenizado ou despesa, dependendo da característica e origem do serviço.

NOTA 10 – OUTROS CRÉDITOS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2012	2011
DMR a reembolsar pela CDE	8,58	-
Perdas a receber de associados	-	3.265,53
Desativações em Curso	1,70	
Outros créditos a receber	114,92	95,14
Total	125,21	3.360,67

LONGO PRAZO	Legislação Societária	
	2012	2011

Aluguel de Equip. SASTM(SASCAR)	0,36	0,00
Direito de Uso TELERJ	5,19	5,19
Total	5,55	5,19

NOTA 11 - FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	Legislação Societária	
	2012	2011
Fornecedores de energia elétrica	2,12	47,68
Materiais e serviços	178,91	212,24
Total	181,03	259,92

NOTA 12 - SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR

DESCRIÇÃO	Legislação Societária	
	2012	2011
Salários a Pagar	70,46	-
Pró-labore a Pagar	34,83	76,64
Outros	6,98	6,98
Total	112,27	83,62

NOTA 13 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2012	2011
IRRF s/Autonomos a Recolher	15,36	22,46
IRRF a Recolher Ret.P.Juridica	0,44	0,75
INSS s/ Servicos Terceiros	0,33	-
ICMS Diferencial/FECP a Pagar	1,84	1,38
PIS Faturamento a Pagar	0,61	0,61

COFINS a Pagar	2,85	2,82
Contribuições Retidas na Fonte a Recolher	0,54	-
CIP - PMI a Recolher	-	1,03
IRRF s/Folha Pgt.a Recolher	14,51	7,45
FGTS a Recolher	17,33	17,60
PIS s/Folha de Pgt. a Recolher	3,21	2,59
Contribuicao Sind. a Recolher	1,94	1,94
INSS a Recolher	66,69	79,76
Total	125,66	138,39

LONGO PRAZO	Legislação Societária	
	2012	2011
ICMS	5.343,56	5.343,56
INSS Empresa/Segurados	-	589,00
Parcelamento Simplificado de INSS	589,39	-
Parcelam. Especial INSS	-	219,28
Total	5.932,95	6.151,84

NOTA 14 – TAXAS REGULAMENTARES

DESCRIÇÃO	Legislação Societária	
	2012	2011
Quota de reserva global de reversão - RGR	-	10,56
Quota da conta de consumo combustíveis - CCC	8,41	16,47
Quota da conta de desenvolvimento energético - CDE	12,05	12,05
PROINFA	-	-
Encargos Ex-Isolados	3,49	3,12

Outros	2,51	2,18
Total	26,46	44,38

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

DESCRIÇÃO	Legislação Societária	
	2012	2011
Férias	129,68	109,78
Encargos Férias	79,17	62,91
Total	208,85	172,69

NOTA 16 – PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E EFICIENCIA ENERGÉTICA

DESCRIÇÃO	Legislação Societária	
	2012	2011
Pesquisa e desenvolvimento - FNDCT	2,33	2,08
Pesquisa e desenvolvimento - MME	1,16	1,04
Pesquisa e desenv. Recursos poder da empresa	51,83	38,49
Programa de eficiência energética	103,04	64,26
Total	158,36	105,87

NOTA 17 – OUTROS DÉBITOS

DESCRIÇÃO	Legislação Societária	
	2012	2011
Creditos de cooperados	0,28	21,95
Depositos bancarios a classificar	2,11	98,26
Creditos - Devolução TN 115/2010 - SFE	40,82	43,98
Medição AMPLA pendente de Faturamento	35,46	35,46

Processo de Indenização	343,34	156,96
Creditos - Devolução TN 115/2010 - SFE (Arrecadação)	0,22	0,53
Pagamentos a maior de Plano Saúde Unimed	0,02	-
Pensao alimenticia judicial	-	4,79
Total	422,26	361,94

NOTA 18 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

DESCRIÇÃO	Legislação Societária	
	2012	2011
Processo Judicial trabalhista	8,83	-
Provisão Ressarcimento	5,32	-
Provisão Ressarcimento	10,32	-
Total	19,14	-

NOTA 19 – SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA

A) Ajustes de exercícios anteriores	1083,36
B) Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	0
C) Sobras líquidas do exercício	708,51
Total das sobras	1791,87
(D) Resultado com associados	708,51
(E) Resultado com terceiros	0
Resultado do exercício	708,51
Demonstrativo das Destinações Estatutárias	
F) Reserva Legal - 10%	358,37
G) Reserva de Assistência Técnica Educacional Social (RATES) = (20%) + (Resultado positivo com terceiros)	358,37
I) Total das destinações estatutárias	716,75
J) (-) Perdas não cobertas pela Reserva Legal	-514,56
K) Sobras À disposição da AGO	560,56

Vander Leite Gomes
Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC:RJ094000/O-3